

O EFEITO DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS SOBRE O DESEMPENHO DO SETOR TÊXTIL-VESTUÁRIO CATARINENSE NO PERÍODO 1990-2003

Ruth Krieger* - rktarnowsky@yahoo.com.br
Roberto Meurer** - UFSC – rmeurer@mbox1.ufsc.br

Resumo: O objetivo deste trabalho é verificar o impacto do comportamento das variáveis macroeconômicas sobre o desempenho do setor têxtil e do vestuário de Santa Catarina no período de 1990 a 2003. O Valor da Produção Industrial, calculado pelo IBGE, foi considerado como representativo do desempenho do setor, e seu comportamento comparado com exportações, importações, PIB brasileiro e catarinense, taxa de câmbio e taxa real de juros, através de análise de gráficos e de correlação. O Valor da Produção Industrial tem uma relação inversa estatisticamente significativa com a taxa real de juros e muito próxima de significativa em relação às exportações. Conclui-se que a queda das exportações, influenciada pela taxa de câmbio e taxa de juros teve papel decisivo na crise do setor, mais que a elevação das importações.

Palavras chave: Setor têxtil e vestuário, Santa Catarina, Variáveis Macroeconômicas

1. Introdução

A globalização em sentido amplo tem sido exaustivamente apontada como a grande transformação da sociedade capitalista e da economia de mercado mundial, instalada a partir do último quartel do século XX. A integração financeira em nível mundial, como parte dessa nova ordem econômica poderia, teoricamente, estimular o crescimento de países em desenvolvimento. No caso do Brasil, o fato de ter o maior desenvolvimento industrial entre os países da América Latina, não foi suficiente para resguardá-lo da crise estabelecida nessas economias a partir da década de 80, intimamente relacionada ao processo de endividamento externo. O rápido crescimento econômico do Brasil no período compreendido entre 1950 e 1980 teve na expansão do setor industrial seu motor de desenvolvimento, com efeitos positivos nos demais setores da economia. O padrão de crescimento da década de 1970, baseado no financiamento externo, viabilizado pela abundância de recursos em poder dos bancos internacionais, entrou em colapso com a mudança do cenário internacional, a partir da crise da dívida externa mexicana em 1982. O fluxo de capitais externos cessou, fechando os canais de renovação de empréstimos. O Brasil recorreu ao FMI, submetendo-se às suas diretrizes de política econômica.

A década de 80 foi caracterizada por alta inflação, criando um ambiente de incertezas e desestimulando os investimentos produtivos. A crise brasileira configurava-se como uma crise estrutural, com estagnação da renda por habitante. Uma sucessão de planos econômicos

* Economista formada pela UFSC e especialista em Estratégias Competitivas pela UFSC/SENAC.

** Professor do Departamento de Economia da UFSC

do período, todos fracassados, tentou controlar a inflação e eliminar os mecanismos de indexação da economia. No caso das empresas, a indexação de preços e os ganhos no mercado financeiro encobriam problemas estruturais e gerenciais.

O ano de 1990 marcou um período de retração da atividade econômica e de rápida desestruturação de importantes elos da cadeia produtiva industrial, tendo início a mais importante crise da história do setor têxtil e do vestuário no país. No governo Collor, a instabilidade política e a manutenção de medidas econômicas de restrição à expansão da demanda agregada, ampliando a recessão e desestimulando os investimentos produtivos, atingiram igualmente as empresas do setor, independentemente de seu grau de modernização. Mesmo empresas com maquinários e processos de produção competitivos em nível internacional, tiveram de adaptar-se à repentina redução da demanda interna. Com exceção do segmento de fibras sintéticas, as importações decorrentes da abertura comercial não afetaram o setor de forma significativa, apesar de serem beneficiadas pela taxa cambial a partir de 1994.

Este trabalho analisa o desempenho da cadeia têxtil e de confecções de Santa Catarina a partir de 1990, a partir de um cenário em que medidas econômicas que combinam câmbio valorizado e juros elevados, com o objetivo de controlar a inflação, e a abertura da economia do país, muito mais que as importações, desencadearam a mais grave crise da história deste setor. O trabalho está dividido em quatro seções, incluindo esta introdução. A seção 2 descreve brevemente o setor têxtil-vestuarista de Santa Catarina. Na seção 3 encontra-se a definição das variáveis utilizadas, metodologia de tratamento dos dados e resultados da análise. Os resultados do trabalho são verificados pela comparação da variável representativa do setor com as variáveis macroeconômicas, por meio da utilização de gráficos e coeficientes de correlação. A seção 4 apresenta as conclusões.

2. A indústria têxtil e do vestuário em Santa Catarina

A origem do pólo industrial têxtil e confeccionista de Santa Catarina está intrinsecamente ligada à imigração européia a partir de meados do século XIX, oriunda principalmente da Alemanha. Por estar longe dos grandes mercados e pela dificuldade em obter matérias-primas, as colônias tiveram de formar seus próprios mercados locais, ainda que de início pouco competitivos. Assim, se desenvolveram em Santa Catarina regiões economicamente autônomas, formando pólos regionais independentes da capital, Florianópolis, como Blumenau, Joinville, Criciúma e Lages.

No início do século XX, transformações significativas favoreceram o aumento da produtividade industrial. Conforme Cunha (1992, p. 24-25) “a introdução da energia elétrica em Blumenau e Joinville (1909), e em Brusque (1913), e a generalização do emprego do vapor em substituição à energia humana e hidráulica (...) liberaram as indústrias de condicionamentos locais restritos”. A consolidação da indústria têxtil catarinense se deu no período que abrangeu as duas guerras mundiais, sobretudo a partir dos anos 30, com o processo de substituição de importações.

As décadas de 50 e 60 apresentaram circunstâncias adversas ao desenvolvimento da indústria têxtil em Santa Catarina, envolvendo desde problemas infra-estruturais aos de concentração de mercado e capital. Mesmo assim, a indústria têxtil catarinense conseguiu acompanhar o desenvolvimento da indústria nacional, encontrando nichos de mercado que permitiram a versatilidade produtiva. A década de 70 assiste ao inédito desenvolvimento do segmento do vestuário que, juntamente com artefatos de tecidos e calçados, teve sua participação percentual no Valor da Transformação Industrial do estado aumentada de 1,2% em 1970, para 12,4% em 1980.

Na década de 80 o setor têxtil e do vestuário no estado, apesar do fraco desempenho em relação ao seu padrão histórico, apresentou pequeno avanço em relação aos indicadores nacionais do mesmo gênero, que tiveram queda acentuada no período 1981-1989. Apesar das dificuldades inerentes a essa década, a cadeia têxtil-vestuário catarinense se reafirma como maior aglomerado do sul do país e terceiro produtor nacional.

As mudanças bruscas ocorridas nos anos 1990, como a abertura indiscriminada do mercado, aliadas aos problemas estruturais da economia brasileira, ao endividamento externo e seus desdobramentos internos, levaram à vulnerabilidade do complexo industrial brasileiro. Na economia catarinense, até como reflexo da nacional, houve acentuada redução da atuação do Estado na formulação de planos de desenvolvimento, redução essa que já se iniciara na década anterior. O setor têxtil-vestuário foi o mais atingido em Santa Catarina, pela retração na demanda aliada ao processo de abertura comercial e, em meados da década, à sobrevalorização cambial.

A cadeia têxtil-vestuário sofreu transformações estruturais neste período. No setor têxtil houve concentração da produção e aumento da produtividade. No setor confeccionista, as baixas barreiras à entrada geraram uma pulverização, caracterizada por grande informalidade, com a proliferação de microempresas, e as de pequeno e médio porte que, com estruturas mais flexíveis e menores custos, adaptavam-se com maior rapidez às exigências do mercado. Para adequar-se a essa nova realidade, empresas de grande porte tiveram de se reorganizar,

desverticalizando a produção, utilizando-se da terceirização como forma de redução da estrutura e de transferência dos riscos de mercado para fora da empresa. No entanto, grandes massas de capital fixo necessitam de tempo para serem reorganizadas, tempo este praticamente inexistente numa situação de rápidas mudanças como era a que se tinha naquele novo cenário econômico nacional.

Santa Catarina possuía em 2003 em torno de 6.200 estabelecimentos na cadeia têxtil-vestuário, sendo 21% de empresas têxteis e 79% de confecções. Este total representa 27% dos estabelecimentos da IT – Indústria de Transformação do estado. Essas empresas empregavam aproximadamente 115.000 pessoas, 27% do total de trabalhadores da Indústria de Transformação. Deste total de trabalhadores, 43% estão nas fábricas têxteis e 57% nas confecções. Verifica-se maior quantidade de trabalhadores nas grandes empresas têxteis (48%) e nas micro e pequenas confecções (62%), caracterizando a pulverização de pequenas unidades confeccionistas e a concentração das empresas têxteis em grandes grupos¹. A arrecadação de ICMS nos dois segmentos em 2003 e 2004 correspondeu a 18,2% e 22,7%, respectivamente, do total arrecadado pela IT (FIESC, 2005). Percebe-se que esse valor é coerente com o número de estabelecimentos do setor em relação ao total da IT, apesar da grande informalidade existente sobretudo nas menores empresas de confecção.

Em 2004, o destino principal das vendas do setor foi outros estados do Brasil, que responderam pelas compras de 69% dos têxteis e 80% das confecções. As vendas externas ficaram abaixo da média da Indústria de Transformação estadual: 30%. As têxteis exportaram 21% de suas vendas, e as confecções, apenas 5%. O destino do restante das vendas foi para o mercado interno catarinense. O setor possui no estado em torno de 50 empresas têxteis e 92 confecções exportadoras. As seis maiores empresas exportaram juntas em 2004 US\$ 210,3 milhões, 4,33% do total exportado pelo estado (FIESC, 2005).

Inicialmente concentrado no Vale do Itajaí e nordeste do estado, a cadeia têxtil-vestuário propagou-se para outras regiões como o sul e a Grande Florianópolis. Na região precursora dessa indústria encontram-se as maiores fábricas têxteis, malharias e tecelagens, mais intensivas em capital e com necessidades de investimento e atualização tecnológica constante e, portanto, com maiores barreiras à entrada de novos empreendimentos. O segmento mais difundido é o de confecção, pelo baixo custo de instalação e investimento em maquinário, onde o menor custo de mão-de-obra ainda é um fator determinante de competitividade. Na

¹ Classificação das empresas por número de funcionários: micro – 0 a 19; pequena – 20 a 99; média – 100 a 499; grande – acima de 500 funcionários.

região sul do estado desenvolveram-se, já na década de 80, empresas especializadas em serviços terceirizados, como costura e lavanderia (esta sendo utilizada para beneficiamento, sobretudo de produtos fabricados em jeans). Atualmente, esse tipo de empresa “subcontratada” encontra-se disseminado por várias regiões.

Agrupando-se os dois segmentos — têxtil e vestuário —, com base em dados da Pesquisa Industrial Anual e Mensal – IBGE, a presença da Indústria Têxtil e do Vestuário do Estado de Santa Catarina na oferta nacional deste setor em 2003 situava-se em torno de 16,6%. Este número, desmembrado por indicador, traduz-se em: 16,13% do VPI – Valor da Produção Industrial, 18,31% do VTI – Valor da Transformação Industrial e 15,44% do número de Pessoal Ocupado do total desta indústria no país.

3. A Indústria Têxtil e do Vestuário Catarinense e o Contexto Macroeconômico

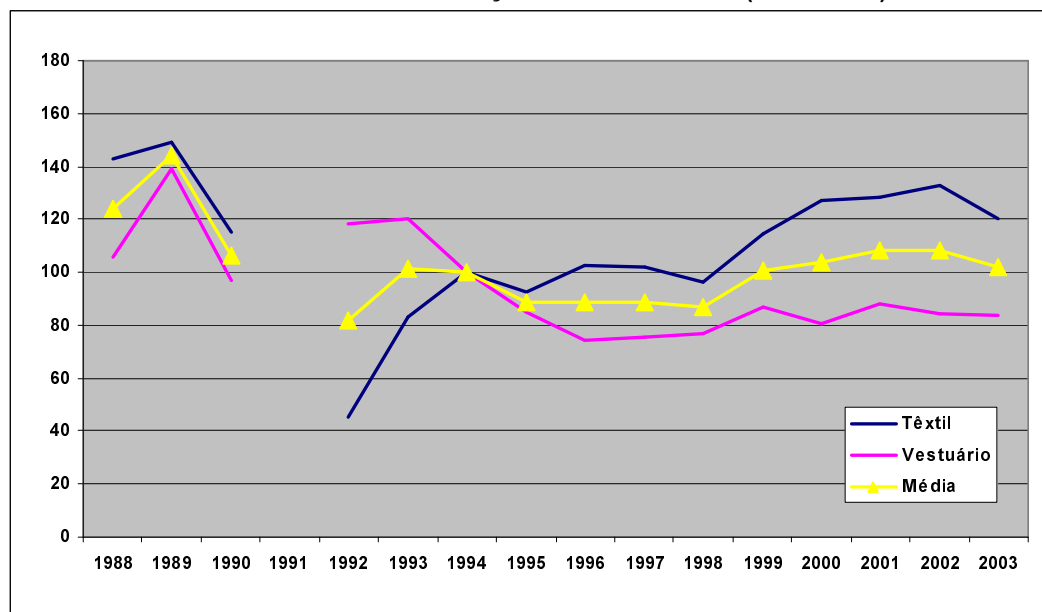
Para o estudo da indústria têxtil e do vestuário em Santa Catarina foram selecionados indicadores de atividade econômica do setor reunidos na Pesquisa Industrial Anual – Empresa (PIA-Empresa) e na Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF), ambas do IBGE. A restrição à utilização desses dados é o fato de a produção de calçados estar inserida nos dados do vestuário até 1995. No entanto, a partir de 1996, quando os dados são desmembrados, verifica-se que o valor bruto da produção de calçados representa apenas 2% do total do valor bruto da produção têxtil/vestuário, chegando a 3,9% em 2003 (IBGE, SIDRA, Tabela 1987, dados de Santa Catarina). As pequenas alterações metodológicas da pesquisa não geram descontinuidade nas séries que possa afetar a consistência da análise. Outra limitação é a ausência dos dados do ano de 1991. Segundo o IBGE, “a PIA 1991 não foi realizada devido à não disponibilidade de recursos financeiros, embora reconhecendo a necessidade absoluta de estatísticas estruturais sobre o setor industrial”.

As variáveis originárias da PIA-Empresa selecionadas para o estudo foram: valor da produção industrial, valor da transformação industrial e pessoal ocupado. Os dados da produção e transformação industrial, disponíveis no IBGE em valores anuais e em moeda corrente da época, foram atualizados para reais de dezembro de 2005 pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado) e transformados em números-índices base 1994 = 100. As informações referentes ao pessoal ocupado, em número de pessoas ocupadas em 31 de dezembro, também foram transformadas em números-índices de mesma base. Os dados são apenas do estado de Santa Catarina. Na PIM-PF foram coletados os índices referentes à produção física industrial, índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal.

Como forma de facilitar e simplificar a análise do desempenho da cadeia têxtil-vestuarista optou-se pela utilização da média dos números-índices dos dois segmentos, tendo em vista a similaridade do comportamento de seus índices. A exceção na evolução paralela dos dados encontra-se sobretudo no ano de 1992, na acentuada queda do valor da produção e transformação industrial e no pessoal ocupado no setor têxtil. Esse distanciamento, em menor escala, ocorre novamente no valor da produção e transformação industrial em 1996, 2000 e 2002, com deterioração maior na indústria do vestuário.

A produção física do vestuário apresenta maior evolução em relação ao setor têxtil até o ano de 1990, fato que pode ser explicado pela participação da indústria calçadista no índice. A partir de 1991, com a segregação dos setores, os índices do vestuário e têxteis seguem a mesma tendência. Para evitar trabalhar com muitas variáveis fez-se uma média dos índices de pessoal ocupado, VPI e VTI e produção física industrial. A correlação entre a média dos índices e o VPI é de 0,94, o que fez com que fosse adotado como medida da atividade econômica do setor. A evolução é apresentada no gráfico 1.

Gráfico 1 - Valor da Produção Industrial em SC (1994 = 100)



Fonte: Calculado a partir de dados do IBGE - Pesquisa Industrial Anual. Deflator: IPCA

As variáveis macroeconômicas consideradas para verificar a relação com o desempenho do setor têxtil e do vestuário catarinense foram exportações e importações, PIB, taxa de câmbio e taxa de juros. Foram utilizados análise dos gráficos e o cálculo da correlação entre as variáveis.

3.1 Importações e exportações

Foram pesquisadas as importações e exportações estaduais e as importações nacionais. Estas são importantes porque os outros estados do Brasil em 2004 foram responsáveis pela aquisição de 69% da produção de têxteis e 80% das confecções catarinenses. Os dados coletados, valores em US\$ FOB e peso líquido (kg) são mensais e correspondem ao período de janeiro de 1989 a dezembro de 2005. Os valores em dólares foram atualizados para reais de dezembro de 2005 pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado) e posteriormente transformados em números-índices. As informações são do sistema Alice (www.mdic.gov.br). O período histórico analisado pode ser dividido em três fases: 1990 a 1993, 1994 a 1998 e, 1999 a 2003. Esses períodos foram assim definidos precisamente porque os anos de 1994 e 1999 apresentaram mudanças na condução da política cambial que afetaram de forma significativa as importações e exportações.

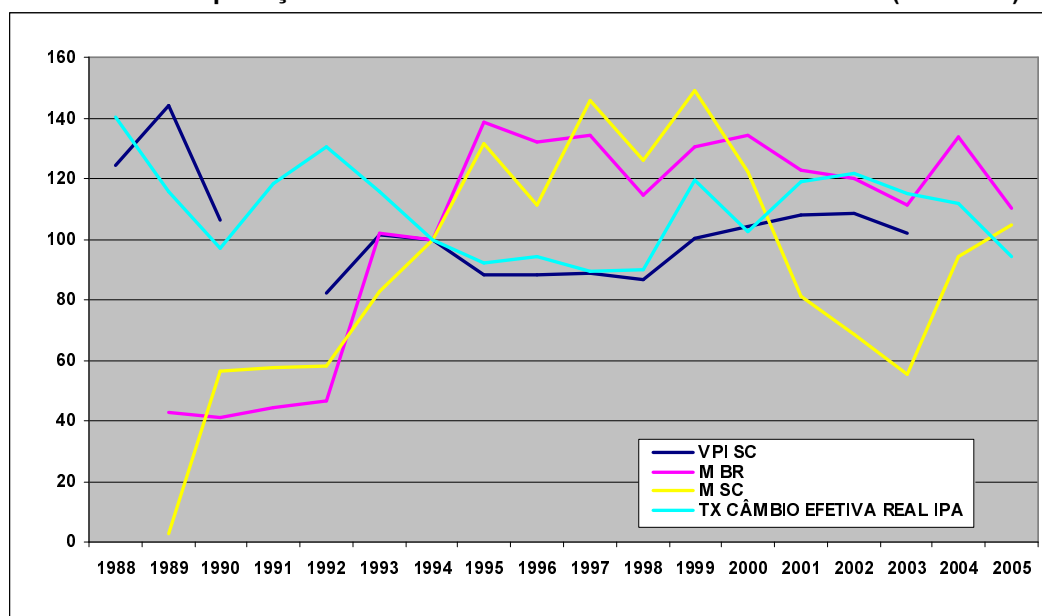
Conforme dados do Banco Central (Relatório Anual 1996), a média da taxa de investimento (relação entre a formação bruta de capital fixo e o PIB) da década de 80 foi de 17,7%. Até o ano de 1996, a média dos anos 90 era de 15,3%, mesmo com os crescimentos reais em 1995 de 75,2% nas importações de bens de capital para investimento e de 16,4% na produção interna, descontadas as importações. Com o aprofundamento da abertura comercial em 1990, a política de desgravação tarifária derrubou as tarifas de importação de 70% para 40%, e posteriormente para 18%. Como a taxa cambial era favorável, utilizaram-se linhas internacionais para a importação do algodão (MONTEIRO FILHA e CORRÊA, 2003). Em relação às exportações, a política comercial do governo Collor eliminou subsídios e reduziu incentivos que beneficiavam exportadores.

Em 1990, percentualmente houve uma explosão das importações no estado, 1.882%, mas, por ter partido de uma base muito baixa. Em valores monetários significou apenas 22% do total das exportações. O preço médio real dos produtos importados no estado passou de R\$ 30,37 em 1989 para R\$ 6,18 em 1990 (reais dez/2005), portanto uma redução de quase 80% no primeiro ano e 24% nos anos seguintes, chegando em 1993 a R\$ 4,69. Contudo, há que se considerar que parte dessa diminuição nos preços refere-se a importações subfaturadas, principalmente de tecidos sintéticos oriundos da Ásia e pelo custo reduzido, decorrente, entre outros fatores, da baixa remuneração da mão-de-obra nos países de origem. Conforme Gorini e Siqueira (1997, p.14) “muitos tecidos foram colocados no mercado brasileiro com preços inferiores à metade dos cobrados pela indústria nacional e em alguns casos com preços abaixo dos custos de produção do fabricante nacional”.

Os elos da cadeia têxtil-vestuário mais afetados neste início do processo de abertura foram fiações, tecelagens, tinturarias e estamparias, com a importação principalmente de

tecidos planos artificiais e sintéticos. Nesse caso o setor catarinense foi pouco afetado por ser caracteristicamente fabricante de produtos em fibras naturais. Nesse sentido foi até beneficiado pela importação do algodão, já que a matéria-prima nacional apresentava freqüentes quebras nas safras e preços inconstantes. Durante os anos de 1991 e 1992, os mais recessivos para o complexo têxtil-vestuário, as importações estaduais em valor mantiveram-se estagnadas. Houve aumento médio de 23% ao ano na quantidade importada, não refletido na balança comercial em virtude da queda nos preços. O ano de 1993 foi marcado pela recuperação do valor da produção industrial com acréscimo de 21,4%, e das importações em 43%, apesar da valorização da moeda local em 11%. Percebe-se então, que as importações catarinenses nesse período pouca influência tiveram na crise do setor, pois, conforme se observa com clareza no gráfico 2, no turbulento período 90-92 permaneceram estagnadas e em 1993 cresceram paralelas ao valor da produção industrial.

Gráfico 2 – Importações do setor têxtil-vestuário – em moeda nacional (1994=100)



Fonte: Elaborado a partir de dados dos sites: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>, bc.gov.br e www.ibge.gov.br; Deflator: IPCA

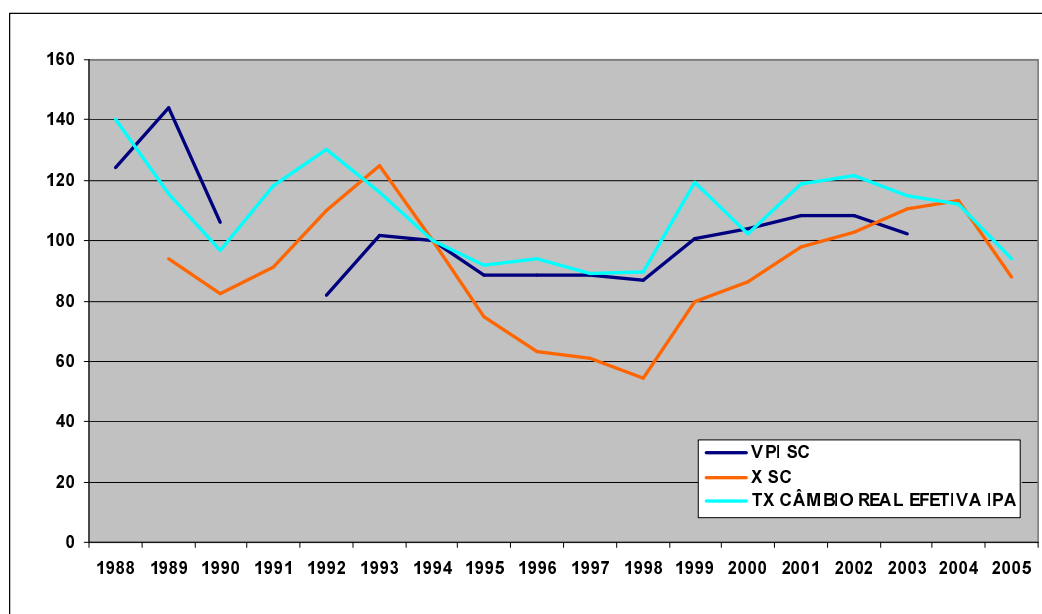
As importações nacionais não apresentaram crescimento tão expressivo quanto a estadual a partir da abertura comercial em 1990. Chegaram a cair 4,3% nesse ano, acompanhando a queda no PIB nacional, resultado do impacto do Plano Collor. Até 1992 recuperou apenas 14% em valores monetários e 67% em quantidade. Mesmo com a redução de tarifas, o preço médio das importações nacionais reduziu somente 21% no período 1989-1992. Esse fato pode ser explicado pelo *mix* de produtos importados que, além de insumos básicos, incluía também produtos com maior valor agregado como confeccionados, ao

contrário das importações estaduais que eram predominantemente de matérias-primas. Acompanhando a recuperação da economia em 1993, as importações cresceram 117% em valores monetários e 160% em quantidade física. Os preços médios tiveram redução de 17%.

Pelo gráfico 2 nota-se que a trajetória das importações nacionais a partir de 1990 segue a tendência das importações estaduais, com pouca relação com o valor da produção industrial. Conclui-se, portanto, que a desaceleração da economia aliada à desvalorização cambial, principalmente de 1990 a 1992, inibiu o avanço do nível das importações, apesar das medidas de liberalização comercial. Esse cenário se modifica a partir de 1993, com o crescimento do PIB e o início da valorização cambial.

Observando-se o gráfico 3, percebe-se a clara influência da taxa cambial nas exportações catarinenses e a relação destas com o valor da produção industrial, com poucos períodos de exceção. No ano de 1990 as exportações caíram 12%, grande parte em função da valorização de 16% da taxa cambial. Conseqüentemente, a produção industrial, que já vinha sofrendo os reflexos da retração da demanda interna, encolheu 27%. Em 1991, com a desvalorização de 22% na taxa cambial, as exportações cresceram 10%.

Gráfico 3 – Exportações do setor têxtil-vestuário SC – em moeda nacional (1994=100) e taxa de câmbio efetiva real



Fonte: Elaborado a partir de dados dos sites: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>, bc.gov.br e www.ibge.gov.br; Deflator: IPCA

Com a redução da demanda interna e as altas taxas de juros, a saída para muitas empresas a partir desse ano foi o mercado externo. Para isto, foram necessários investimentos para adequar o produto nacional às exigências do padrão internacional. O esforço exportador, auxiliado pela continuada desvalorização da moeda brasileira, resultou em acréscimo de 20%

no total exportado em 1992. Porém, o valor da produção permanecia em queda, 20% em relação ao ano de 1990. Destaca-se que o preço médio praticamente não sofreu alteração no período 89-92. Após queda de 10% em 1990, recuperou-se e permaneceu estável em torno de R\$ 29,00 (em valores de dez/2005). Apesar de esse número trazer preocupações em torno da competitividade dos produtos catarinenses no mercado internacional, ele também demonstra que o estado importa em maior quantidade insumos básicos e exporta produtos com maior valor agregado, refletindo no bom saldo da balança comercial estadual para esse setor, como mostra a tabela 1.

**Tabela 1 – Balança Comercial setor têxtil-vestuário em SC - 1989-2005
(em R\$ de Dez 2005 - IPCA)**

Período	Exportação	Importação	Saldo
1989	933.923.893	9.154.117	924.769.776
1990	821.391.568	181.450.953	639.940.615
1991	906.269.231	186.484.633	719.784.598
1992	1.092.220.033	186.622.034	905.597.999
1993	1.237.948.166	267.236.357	970.711.809
1994	992.717.219	322.686.716	670.030.503
1995	740.032.937	424.111.180	315.921.757
1996	629.873.056	359.396.750	270.476.306
1997	604.730.882	470.249.479	134.481.403
1998	542.187.882	407.271.195	134.916.687
1999	791.339.702	480.830.632	310.509.070
2000	855.281.370	394.286.549	460.994.821
2001	971.304.018	262.531.128	708.772.890
2002	1.020.936.905	220.744.222	800.192.683
2003	1.095.923.040	179.444.280	916.478.760
2004	1.126.974.375	304.873.238	822.101.137
2005	870.731.161	337.535.901	533.195.260

Fonte: Elaborado a partir de dados do site <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>; Deflator: IPCA.

O ano de 1993 foi de recuperação para o setor têxtil-vestuário. Apesar da tendência de valorização da taxa cambial no segundo semestre do ano, as empresas, conforme frase comum dos empresários da época, “buscaram no exterior a receita perdida no mercado interno”. O valor da produção industrial teve crescimento de 21,4%, e as exportações, de 13,5%.

A partir de julho de 1994, o ritmo da abertura comercial foi determinado pelos interesses conjunturais do Plano Real. O objetivo era manter a inflação sob controle ampliando a oferta de produtos no mercado nacional através de importações com preços menores. A política de importações, claramente liberalizante, diminuiu as tarifas de vários produtos com maior peso nos índices de preços e antecipou a entrada em vigor da Tarifa Externa Comum – TEC, de janeiro de 1995 para setembro de 1994. Estas medidas resultaram num declínio da tarifa efetiva média de 18,9% para 14,4% de julho de 1993 a dezembro de

1994 (AZEVEDO e PORTUGAL, 1997). A queda na proteção tarifária aliada à crescente apreciação da taxa real de câmbio fez aumentar em 1994 e 1995 as importações nacionais e estaduais em 36,5% e 59% respectivamente. As exportações no período caíram 40% e o valor da produção industrial caiu menos, 14%, em função do aquecimento das vendas provocado pela estabilização monetária. O forte crescimento das importações estaduais também indica que as empresas continuavam alimentando suas produções com insumos externos.

De 1996 a 1998, o valor da produção industrial permaneceu estável, porém em patamar baixo. As empresas, que apostaram nas exportações como uma saída para a crise de demanda interna viram-nas desabar 45% de 1994 a 1998 como resultado da continuada apreciação cambial. Com seus parques fabris superdimensionados para um mercado nacional retraído e um externo praticamente inacessível, as alternativas para várias empresas foram: a desestruturação, através de terceirização ou relocação da produção para regiões com menores custos; venda do patrimônio ou fusões; e, em casos extremos, a falência.

A mudança no cenário macroeconômico a partir de 1999 foi decisiva para a retomada do crescimento. A desvalorização do real, a adoção do sistema de câmbio flutuante e a queda nas taxas de juros refletiram positivamente nos números do setor. O valor da produção após cinco anos de queda e estagnação cresceu 15,6%. As exportações, também após cinco anos de queda, aumentaram 46%. As importações continuaram seu ritmo ondulatório, expandindo-se 14% nas importações nacionais e 18% nas estaduais. Após rápida reação da produção industrial às mudanças econômicas em 1999, os anos seguintes foram de crescimento lento e de pequena queda no final do período. O longo período de sobrevalorização cambial enfraqueceu setores que produzem bens exportáveis, principalmente os que atuam em mercados altamente competitivos como o têxtil-vestuário. No ano de 2000, mesmo com o PIB nacional apresentando crescimento inédito nos últimos cinco anos de 4,4% e o PIB estadual tendo o melhor desempenho dos últimos oito anos, 9,7%, a indústria cresceu apenas 2,9%. O retorno da valorização cambial contribuiu para que as exportações crescessem menos, num patamar inferior ao do ano anterior, 8%. Mesmo com o câmbio favorável às importações, houve queda de 18% no estado e pouca reação em nível nacional, 3%. Interessante ressaltar o comportamento análogo da taxa cambial e das importações catarinenses nos anos de 1999 e 2000, demonstrando as dificuldades de adaptação dos importadores ao novo cenário econômico. É a partir deste período que se percebe o crescimento significativo de confeccionados de melhor qualidade provenientes da Ásia.

Também o ano de 2001 foi tumultuado para a economia brasileira. Dificuldades tanto internas quanto externas paralisaram a economia, que havia apresentado sinais de recuperação

em 2000. O PIB nacional apresentou crescimento real de apenas 1,3%, e o estadual, de 2%. Os números da produção industrial demonstraram que o mercado externo é a principal opção de saída para a crise do setor, obviamente acompanhado de certo nível de desvalorização da moeda local – indiscutivelmente o maior incentivo às exportações. A depreciação da taxa cambial em 16,3% resultou num incremento de 13,6% nas exportações e 4,3% na produção industrial. Em contrapartida as importações caíram 33,4% no estado e 8,4% no Brasil.

As repercussões do processo eleitoral em 2002 afetaram sobremaneira o desempenho da economia, gerando um ambiente de incertezas quanto à continuidade da política econômica. No ambiente externo a instabilidade foi determinada principalmente pelo conflito entre os Estados Unidos e o Iraque. A crise argentina continuava a afetar as exportações catarinenses. A taxa real de câmbio, após acentuada desvalorização no segundo semestre, com a conclusão do processo eleitoral iniciou trajetória inversa, ficando a depreciação média anual em 2,3% com relação ao ano anterior. O baixo crescimento da economia, demonstrado pelo modesto crescimento real de 1,9% no PIB nacional e 1% no estadual resultaram na continuidade acentuada da queda nas importações estaduais de 16%, e 2,3% nas nacionais, apesar do real desvalorizado durante boa parte do ano.

A produção industrial do setor têxtil e vestuário permaneceu estagnada, com as exportações crescendo pouco, 5%. É clara a estreita correlação no comportamento da produção industrial com as exportações, sugerindo que o nível de atividade do setor em Santa Catarina é em grande parte determinado pelas vendas externas. Prejudicando as exportações, além da volatilidade da taxa cambial, nesse ano houve o recrudescimento do protecionismo nos países desenvolvidos. Os Estados Unidos, importante parceiro comercial, adotou medidas defensivas que afetaram diretamente produtos competitivos nacionais direcionados àquele mercado, entre eles têxteis e confeccionados. Em contrapartida, um acordo entre o Brasil e o bloco europeu resultou na eliminação de quotas nas exportações brasileiras para o mercado europeu e na manutenção das tarifas nacionais de importação de têxteis em 14% para fibras, 16% a 18% para tecidos e 20% para vestuário (RELATÓRIO ANUAL BANCO CENTRAL 2002).

Os reflexos das instabilidades de 2002 foram sentidos ainda durante o primeiro semestre de 2003. A condução da política monetária no sentido de conter o processo inflacionário, principalmente com o aumento nas taxas de juros, resultou em retração da demanda interna e queda no fluxo de investimentos. A partir do segundo semestre de 2003, com o recuo da inflação e o relaxamento da política monetária, o nível de atividade iniciou o processo de recuperação. O reflexo de mais um ano conturbado é a estagnação do PIB, com

crescimento real de apenas 0,5% em 2003. A taxa cambial apresentou queda a partir de abril, valorizando 5,5% no ano. Mesmo com a valorização cambial, houve incremento nas exportações de 7,3%, acompanhando a tendência de crescimento das exportações do país, em virtude dos esforços de conquista de novos parceiros comerciais e da retomada do mercado argentino.

A produção industrial, a despeito do aumento nas exportações, diminuiu 5,6%. Essa queda teve origem na redução do poder aquisitivo interno e conseqüente represamento do consumo doméstico. Novamente as importações acompanham a queda da produção industrial, principalmente as importações estaduais: 19%.

Portanto, pela ótica da liberalização comercial, o fator negativo para o setor em estudo foi a falta de crescimento significativo das exportações na mesma proporção que as importações, decorrente principalmente da valorização cambial, verificado com nitidez pela trajetória dos índices do gráfico 3. Como o país não tem poder de influenciar os preços internacionais, isto é, é um tomador de preços no mercado internacional, num contexto de abertura comercial haveria a necessidade de desvalorização compensatória da moeda local, o que de certa forma ocorreu até 1993.

3.2 PIB nacional e PIB estadual

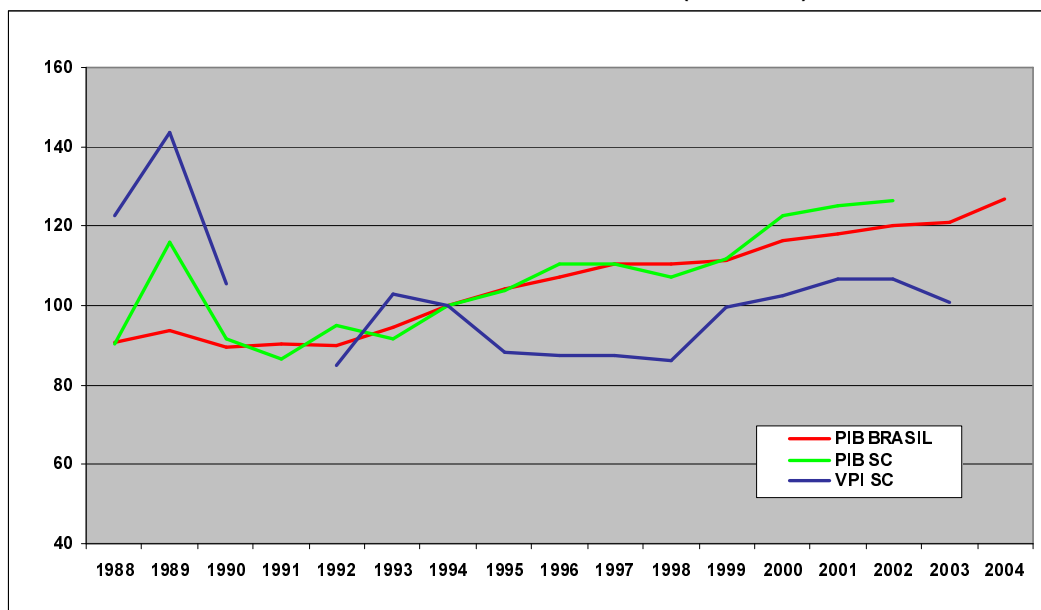
Os dados do PIB brasileiro foram coletados no Ipeadata (www.ipeadata.gov.br) e estão em reais constantes de 2005, atualizados pelo deflator implícito do PIB. Os valores do Produto Interno Bruto do estado de Santa Catarina, também foram coletados na mesma fonte e transformados em reais de 2005 utilizando o deflator implícito do PIB. As duas séries foram transformadas em números-índices para as duas variáveis com base 1994 = 100.

No final da década de 1980 e início da década de 1990 a instabilidade marcou o cenário econômico, com elevadas taxas de inflação e tentativas de contê-la. Tanto o PIB brasileiro quanto o de Santa Catarina apresentaram fortes oscilações, como pode ser observado no gráfico 4. Percebe-se que não há uma correspondência direta entre o comportamento do Valor da Produção Industrial do setor em Santa Catarina, conseqüência de que diferentes setores da economia nacional e estadual são afetados de maneira diferente pelas alterações no cenário econômico.

De 1994 a 1999, tanto o PIB nacional quanto o estadual apresentaram crescimento similar, em torno de 11%, apesar de o PIB estadual ter oscilado mais. Nesse período, a produção industrial, mesmo considerando-se as variações negativas de 1995 e positivas de 1999, teve seu nível de crescimento estagnado. No período 95/98 muitas empresas encerraram

suas atividades, seja por falência ou por falta de opção dos proprietários diante do encolhimento do mercado. Houve grande índice de profissionalização no comando de empresas familiares e mudanças no controle acionário. No processo de reestruturação das empresas, a procura por redução nos custos levou as organizações a relocarem parte de suas instalações para regiões com incentivos fiscais e mão-de-obra menos onerosa.

Gráfico 4 – Produto Interno Bruto Real (1994=100) e VPI-SC



Fonte: Elaborado a partir de dados dos sites: www.ipeadata.gov.br, www.bcb.gov.br e www.ibge.gov.br.

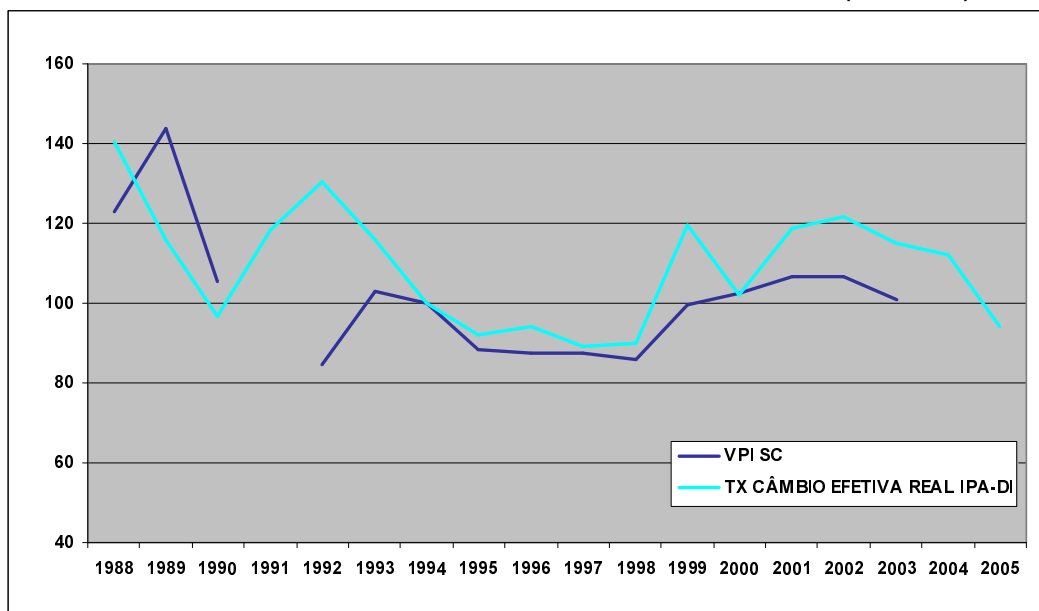
3.3 Taxa de Câmbio Efetiva Real IPA – DI

A taxa cambial selecionada para o estudo foi a efetiva real, deflacionada pelo IPA – DI (Índice de Preços por Atacado – Disponibilidade Interna). Essa taxa é originária da média da cotação da moeda brasileira em relação às moedas de quinze países, ponderada pela participação desses no total das exportações brasileiras para esse grupo de países. Os dados são oriundos do Banco Central e originalmente são mensais, em índice base junho 1994 = 100. Para a comparação com a produção industrial, disponível apenas em dados anuais, fez-se a média anual dos índices da taxa cambial, alterando-se a base para a média 1994 = 100.

Como pode ser visto no gráfico 5, o índice da taxa cambial apresenta evolução próxima da observada no setor têxtil-vestuário no período analisado, com exceção dos anos de 1991 e 1992, quando a recessão no setor só não foi pior em virtude da taxa cambial desvalorizada, favorecendo as exportações. Até 1994 a taxa de câmbio era uma variável de política comercial ligada às necessidades dos setores exportadores e ao ajuste da balança comercial. Após a implantação do real em 1994, o Banco Central deixa a taxa de câmbio

flutuar até outubro, quando começa a interferir no câmbio, vindo a adotar o sistema de bandas em março de 1995.

Gráfico 5 – Taxa de Câmbio Efetiva Real IPA-DI e VPI-SC (1994=100)



Fonte: Elaborado a partir de dados dos sites: www.ibge.gov.br, www.bcb.gov.br.

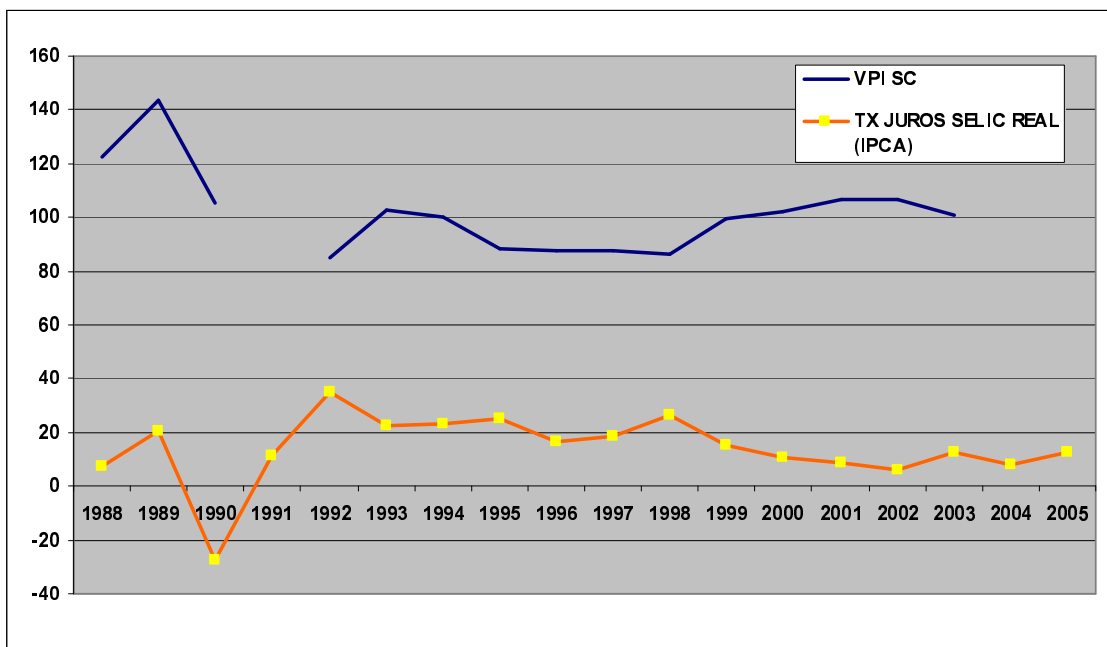
A desvalorização real da taxa cambial em 1999 foi de 33%. A produção industrial apresentou crescimento de 15,6% e as exportações tiveram o impressionante salto de 46%. Percebe-se aqui a nítida relação do desempenho do setor com a evolução da taxa cambial. A valorização do real em 2000 refletiu o retorno da confiança dos agentes econômicos e financeiros na recuperação econômica do país. A queda de 14,5% no índice da taxa cambial não afetou as exportações e a produção, que continuaram crescendo, porém em menor ritmo. A melhora nas condições internacionais de liquidez e no saldo da balança comercial decorrente do aumento das exportações contribuiu para a apreciação da taxa cambial em 5,5%, resultando em queda da produção na mesma proporção em 2003.

3.4 Taxa de Juros Selic Real

A taxa de juros selecionada para este estudo é a Selic, a taxa básica de juros da economia brasileira. Para o cálculo da taxa de juros Selic real, utilizou-se a taxa acumulada no mês descontando-se a inflação medida pelo IPCA. Percebe-se, através do gráfico 6 que a taxa real de juros é muito elevada, à exceção dos anos de 1990 (Plano Collor) e 2002 (disparada da inflação com a crise eleitoral). Há uma relação inversa entre juros e produção industrial, o que pode estar refletindo o efeito da taxa de juros sobre o nível de atividade e

sobre a taxa de câmbio. Considerando a análise anterior sobre o nível de atividade, há uma indicação de que o efeito dos juros sobre a produção industrial se dá através do câmbio e através dele sobre a demanda externa.

Gráfico 6 – VPI – SC (1994=100) e Taxa de Juros Selic Real (inflação medida pelo IPCA)



Fonte: Elaborado a partir de dados dos sites: www.ibge.gov.br, www.bcb.gov.br.

3.5 Análise da correlação dos dados

A análise descritiva acima efetuada e sua contextualização podem ser quantitativamente verificadas através da análise dos coeficientes de correlação, mostrados na tabela 2. O coeficiente de correlação é um número que varia entre -1 e 1. Números próximos a -1 indicam que afastamentos da média de uma variável estão associados a afastamentos da outra em sentido inverso. O coeficiente de correlação próximo a 1 significa que as alterações são no mesmo sentido e o coeficiente próximo a zero indica que os movimentos das variáveis não estão relacionados. Pode se observar que as evidências estatísticas para as relações entre o valor da produção industrial do setor têxtil em Santa Catarina e as variáveis macroeconômicas não são fortes. Isto reflete a própria complexidade da relação entre as variáveis quanto a pequena amostra de dados disponíveis, apenas 14 observações. A relação inversa entre juros reais e a produção industrial, entretanto, ficou evidenciada. A relação positiva entre exportações do setor e a produção industrial também está próxima de ser confirmada, o que está de acordo com a análise gráfica e a percepção do comportamento do setor.

Tabela 2 – Correlação entre o VPI e as variáveis macroeconômicas 1990-2003

	PIB BR	PIB SC	EXP. SC	IMP. BR	IMP. SC	CÂMBIO EF.REAL	JURO REAL SELIC
COEF. CORRELAÇÃO	0,2394	0,2634	0,5416	-0,0306	-0,3759	0,3638	-0,6246
COEF. DETERMINAÇÃO	5,70%	6,90%	29%	0,09%	14%	13,20%	39,02%
INTERVALO DE CONFIANÇA (5%)	-0,31 a +0,68	-0,29 a +0,70	-0,08 a +0,78	-0,52 a +0,48	-0,72 a +0,19	-0,21 a +0,70	-0,88 a -0,12

4. Conclusão

Em fins da década de 80, o cenário para as empresas do setor têxtil era de certa forma confortável: mercado interno ainda protegido das importações, demanda aquecida e oferta deficiente. Para adequar-se às mudanças na economia, as empresas tiveram de passar por reestruturações produtivas. A competitividade baseada no fator custo levou várias firmas a relocarem suas unidades fabris para regiões com incentivos fiscais e/ou menores custos de mão-de-obra. Nas têxteis houve concentração da produção e aumento da produtividade. Nas confecções, as baixas barreiras à entrada geraram uma pulverização, caracterizada por grande informalidade, com a proliferação de micros, pequenas e até médias empresas com estruturas mais flexíveis e menores custos, adaptando-se com maior rapidez às exigências do mercado. As empresas maiores utilizaram a terceirização como forma de redução da estrutura e transferência dos riscos de mercado para fora da empresa. Contudo, grandes quantidades de capital investido e imobilizado necessitam de algum tempo para se adequar a novos processos produtivos e condições de competitividade, tempo este considerado insuficiente, dada a velocidade das transformações a que foi submetido o parque fabril brasileiro.

Neste trabalho o valor da produção industrial do setor têxtil e do vestuário foi utilizado como *proxy* da atividade econômica desta. A análise de correlação entre o valor da produção industrial e os PIBs nacional e estadual apresentou um fraco relacionamento positivo, mas não estatisticamente significativo, demonstrando que o crescimento econômico foi desigual entre os diversos setores produtivos. O relacionamento entre as importações nacionais e estaduais e o desempenho da indústria têxtil e do vestuário estadual, conforme o esperado é inverso, porém fraco e estatisticamente sem significância.

Quanto às exportações estaduais, a correlação com a produção industrial é positiva e moderada, mas, em razão do curto período de tempo analisado, não é estatisticamente significativo. Considerando-se todo o período de estudo, a evolução do índice da taxa cambial e o desempenho do setor apresentam correlação fraca, positiva e não significativa. A maior correlação positiva esperada entre essas duas variáveis não foi confirmada pelo fato de no período 1990-1993 essa relação ter sido forte e negativa, sugerindo que o bom desempenho

observado nas exportações e a depreciação da taxa cambial não foram suficientes para conter a queda na produção industrial ocorrida nesse período.

A taxa de juros Selic real é a única variável independente que apresentou correlação significativa com o desempenho do setor em todo o período examinado. De 1990 a 2003 essa correlação foi moderada e negativa. No entanto, nos períodos de 1990 a 1993 e 1999 a 2003 a intensidade da correlação foi mais forte que nos primeiros anos do plano real, confirmando a influência da taxa de juros sobre a evolução da produção industrial.

Apesar de muitas vezes contestada, a abertura comercial foi positiva à medida que, com base nela, houve a possibilidade de reestruturação das empresas levando à inovação da indústria nacional, imprescindível à conquista de competitividade no mercado internacional. O fator negativo dessa liberalização comercial foi a falta de crescimento significativo das exportações na mesma proporção que as importações, decorrente, sobretudo, da valorização cambial. Por outro lado, as altas taxas de juros inibiram investimentos necessários à modernização do parque fabril e provocaram elevado endividamento, quando o mercado interno retraído e as dificuldades de exportações levaram as empresas a custear sua produção no mercado financeiro. A combinação de moeda brasileira valorizada e juros elevados, em um cenário de demanda interna retraída, contribuiu para a deterioração da produção industrial desse segmento, principalmente pela característica tipicamente exportadora do setor em Santa Catarina.

Referências

AZEVEDO, André F.Z.; PORTUGAL, Marcelo S. **Abertura Comercial Brasileira e Instabilidade da Demanda de Importações**. Porto Alegre: UFRGS-PPGE, 1997. (Textos para Discussão 1997/05). Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ppge/textos-para-discussao.asp?ano=1997>>. Acesso em: 05 mar.2006.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Boletim do Banco Central do Brasil – Relatório anual de 1996**. Brasília, 1996. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 29 mai. 2006.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Boletim do Banco Central do Brasil – Relatório anual de 2002**. Brasília, 2002. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 29 mai. 2006.

CUNHA, Idaulo José. **O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil**. Florianópolis: Paralelo 27,1992.

FIESC. Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. **Santa Catarina em Dados 2005**. Florianópolis: FIESC, 2005. Disponível em <<http://www.fiesc.com.br> > Acesso em: 10 mai. 2006.

GORINI, Ana Paula F.; SIQUEIRA, Sandra H.G. **O segmento de fiação no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 1997. (BNDES Setorial, n.6, set 1997). Disponível em< <http://www.bndes.gov.br> > Acesso em: 14 mai. 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 jun.2006.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Séries históricas**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>> Acesso em: 28 mai.2006.

MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Sistema Aliceweb**. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 26 mai.2006.

MONTEIRO FILHA, Dulce C.; CORRÊA, Abidack. O Complexo Têxtil. In: **BNDES 50 anos – Histórias Setoriais**. Rio de Janeiro: BNDES, 2003. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 18 mai. 2006.